

Hoje o Wagner e o Luís vieram a São Paulo para saber um pouco mais sobre a escola de empreendedores, do Sebrae-SP. Eu já me coloquei à disposição deles para intermediar as conversas entre a Fatec e a Etec de Jaú e o Sebrae para que encaminhossem essa questão para criação da escola de empreendedorismo, do Sebrae, naquela cidade, o que muito beneficiará tanto as pessoas que vierem a utilizar a escola quanto os empregadores, que, com certeza, vão contratar essas pessoas para que trabalhem na indústria de calçados de Jaú.

Sra. Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - Tem a palavra o nobre deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Queridos vereadores de Jaú, o que fizeram na Fatec outro dia no trote daquele menino, que barbaridade!

Vim para falar da CPI dos trotes. Como eu tenho pouco tempo, vou passar um dos documentos que chegou para nós, da CPI dos trotes, da PUC de São Paulo. Sim, PUC de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vejam o vídeo que nós vamos passar sobre o trote na Pontifícia Universidade Católica.

- É feita a exibição de vídeo.

Eu fiz questão de apresentar esse vídeo. É uma contribuição da CPI sobre a violência, essas barbaridades, nos trotes. Temos mais de cem vídeos coletados pela CPI. Esperamos fazer não só um relatório em texto, formal, mas um relatório digital dessa CPI para contribuir para que essa barbárie no trote seja elevada à categoria de tortura. Isso não pode acontecer em nenhuma universidade, principalmente nas universidades públicas paulistas.

Muito obrigado.

- Assume a Presidência o Sr. Ulisses Sales.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Deputado Adriano Diogo, parabéns pela condução da CPI que investiga todos esses casos. Estava comentando com a deputada Constância Félix o horror que é assistir a essas cenas, entre tantos outros relatos, vídeos e imagens com os quais V. Exa. teve contato. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, gostaria primeiramente de parabenizar o deputado Adriano Diogo pelo grande e brilhante trabalho que tem desenvolvido à frente da CPI do Trote e da Comissão da Verdade e também como presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

A contribuição que V. Exa. tem dado na defesa dos direitos humanos e da dignidade humana é histórica, talvez jamais oferecida na Assembleia Legislativa. Vossa Excelência sem dúvida inaugurou um trabalho que é um divisor de águas na história desta Casa. Quero me associar ao que disse V. Exa. quando, mais uma vez, denunciou esse tipo de barbárie, de crime, de estupidez, essa violência que foi praticamente naturalizada nos trotes e festas universitários.

É um absurdo que universidades de ponta como USP, Unesp, PUC e Unicamp tenham essa prática dos trotes. O que está acontecendo com os nossos dirigentes universitários, com os reitores? Temos que mudar essa cultura de violência e brutalidade, essa estupidez que tem permeado a vida de nossos estudantes. Isso tem que ser mudado através de um projeto educacional, de um projeto pedagógico mais crítico e libertador. Isso é um absurdo, nós ficamos extremamente revoltados.

Vossa Excelência trouxe esse tema à tona não só na Assembleia Legislativa, pois o Brasil inteiro está discutindo hoje a questão do trote violento graças à sua intervenção. Tenho certeza de que essa CPI trará resultados também ao combate a essa estupidez que está acontecendo. Parabéns, deputado Adriano Diogo.

Gostaria ainda de dizer que realizamos uma audiência pública no último dia 10 com os agentes de organização escolar, que são servidores da Educação. Essa audiência contou inclusive com a honrosa presença e participação do deputado Adriano Diogo, que fez intervenções importantes.

Os agentes de organização escolar dão sustentação ao funcionamento das escolas estaduais. São servidores importantes e têm uma pauta com suas reivindicações. Esses profissionais são os responsáveis pelas matrículas, pela emissão de declarações de transferência, pela elaboração e organização dos históricos de conclusão e transferência e também pelo lançamento das notas bimestrais dos alunos.

São responsáveis, ainda, pela elaboração do transporte escolar, pela frequência dos alunos que frequentam o programa “Bolsa Família”, pela organização do cartão “Bom”, pelo recebimento de requerimentos de alunos e pela verificação de documentos e manutenção da ficha cadastral dos alunos. O cadastro dos alunos no sistema também é de responsabilidade desses servidores, assim como a regularização da vida escolar desses alunos.

Além disso, eles são responsáveis pela vida funcional dos servidores e dos professores da escola, cuidando da licença-prêmio, do agendamento de perícias médicas, do auxílio de atribuição de aulas. São eles que formulam os ofícios, os formulários de pagamento, quinquênios, evolução funcional, contratos, designações, cessações, fichas 100, o Gdae, contagem de tempo, aposentadoria, verificação de prontuários, enfim, ontem já falei dessas 11 funções importantes, que são atribuições dos agentes de organização escolar.

Fizemos aqui um debate, mostrando a precariedade das condições de trabalho, e sobretudo os salários aviltantes desses servidores. O salário-base é de apenas 970 reais. Logicamente temos também uma preocupação com os outros servidores da Educação, como os auxiliares de serviços gerais, os agentes de serviços escolares, oficiais administrativos, os secretários de escola e os assistentes de administração escolar. São os servidores que compõem o quadro de apoio escolar, que dão sustentação à escola.

Essa audiência pública foi muito importante porque trouxe para a Assembleia Legislativa essa questão que estava abafada aqui. Nós nos comprometemos a pressionar a Secretaria da Educação, porque os servidores têm uma pauta imensa, com várias reivindicações, que já foram encaminhadas à Secretaria, e que queremos reforçar aqui.

Passo a ler, então, essas reivindicações, que foram apresentadas pela Afuse em janeiro, e protocolada na Secretaria da Educação:

O deputado Carlos Giannazi defende a pauta de reivindicações dos funcionários e servidores da educação estadual, apresentada pela Afuse, à Secretaria Estadual de Educação.

1. Exigir da secretaria da Educação que apresente uma proposta de reajuste que reponha as perdas salariais atuais de 147%;

2. Garantir a PROFISSIONALIZAÇÃO dos funcionários, conforme dispostos nas Leis 12.014/2009 (artigo 61 e seus dispositivos) e 12.796/2013 (artigo 62-A e seus dispositivos);

3. Intensificar a luta com o Governo do Estado de São Paulo, pelo Reenquadramento das Evoluções Funcionais, conquistadas com a Lei 888/2000 e perdidas na Lei 1144/2011;

4. Garantir o cumprimento do Artigo 39 da Lei 1144/2011, pelo Governo do Estado de São Paulo;

5. Paridade no valor do ALE (Adicional de Local de Exercício), entre Q/M e QAE/QSE;

6. Paridade no valor do GTCN (Gratificação de Trabalho Noturno), entre QM e QAE/QSE;

7. Incorporação dos Décimos do Artigo 133 da Constituição Estadual;

8. Fim da política do Bônus, e que o valor aplicado seja parte integrante do Salário Base da categoria;

9. Barrar a Terceirização, nem que seja através de dispositivos judiciais;

10. Derrubada do veto do governador de São Paulo ao projeto lei que estabelece concurso público cada vez que houver 5% de cargos vagos;

11. Igualdade de tratamento na política salarial aplicado as escolas integrais;

12. Formação continuada, com visão no futuro do Pró-Funcionário;

13. Correções dos prejuízos causados pela Lei Complementar 1080-2008 e pelo PLC 382011;

14. Pagamento imediato dos precatórios;

15. Aumento facial do ticket-refeição.

Sr. Presidente, o ticket-refeição é de apenas oito reais. É o que o Governo do Estado paga por um servidor da Educação se alimentar. É o famoso “vale-coxinha”.

Exigimos que o governo estadual como um todo tome providências para atender imediatamente as reivindicações dos funcionários e servidores da Educação. Vamos continuar denunciando e cobrando o governo estadual.

Sr. Presidente, solicito que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas ao secretário estadual da Educação, ao governador Geraldo Alckmin e ao secretário estadual de Gestão Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Tem a palavra o nobre deputado Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem eu chamei para depor aqui dois garotos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Vieram também o diretor e o vice-diretor. Eu perguntei para os garotos, o presidente da Atlético e o presidente do Centro Acadêmico, se eles ainda, em suas atividades de recepção aos calouros, obrigavam-nos a cantar hinos. Eles repudiaram veementemente, disseram que ninguém mais canta hino nenhum, ninguém é obrigado. Falei: “Mas ninguém faz a saudação à Atlético?” “Não.” “E ninguém é obrigado a colocar uma toca amarela para cantar os hinos?” “Não. Ninguém é obrigado. Todo mundo canta porque quer.” Falei: “Sério mesmo? Então dá para vocês lerem as letras das músicas?” Aí fui interrompido porque uma assessora de um deputado foi lá e disse que os garotos não poderiam ler aquelas letras de músicas altamente ofensivas, pornográficas, contundentes. Fomos procurar na internet e vejam o que encontramos no trote do ano passado, comandado pela Atlético e pelo Centro Acadêmico.

- É feita a exibição de um vídeo.

Pessoal, vamos interromper o vídeo, só peço que mantenham um pouco a imagem porque vai passar o diretor da faculdade lá para cumprimentá-los.

Quero explicar o que é isso aí para as pessoas. Embora eles não tenham legenda, se vocês vissem as legendas entenderiam que eles são calouros do primeiro ano, chegando a Ribeirão Preto, e cantam essas músicas da Atlético se referindo a outras faculdades.

A porcada, a quem eles se referem no começo daquela forma tão educada e gentil, são os colegas da USP, que eles chamam de porcos. Isso é na porta da faculdade. Para vocês não pensarem que é lá na Xiririca da Serra, é a Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, repito, Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Uma coisa absurda, um espetáculo de horror, é esse lixo. Isto é uma constante no estado de São Paulo. Estas são as cenas lúdcas. Vejam que uma menina está puxando uma dessas músicas fortes.

- É feita a exibição de vídeo.

Isto é uma barbárie. A barbárie é algo humilhante. Vejam que são alunos do primeiro ano da faculdade, com essa touca amarela ridícula na porta da faculdade, o que eles consideram o auge da inteligência, da cultura. As letras são todas homofóbicas, racistas, contra pobres, pretos, nordestinos, deficientes. Se precisarem, eu peço todas as letras, inclusive para mostrar o quê eles falam que se deve fazer com uma criança que nasce com deficiência. E por aí afora.

É uma pequena contribuição que eu acho que a Assembleia Legislativa deu neste ano de 2015 da cultura, dos trotes, dessas coisas animalescas que são feitas principalmente nas universidades públicas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Mais uma vez, deputado, parabéns pelo seu trabalho à frente desta CPI. Vejam que são alunos que amanhã serão nossos médicos.

Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82 pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Tem V. Exa. a palavra para falar pelo Art. 82 pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, deputado Adriano Diogo, realmente V. Exa. tem razão, esse tipo de trote, de comportamento de estudantes universitários nas nossas principais universidades - eu não diria de São Paulo, mas do Brasil e da América Latina - é a cultura da estupidez, da brutalidade, da imbecilidade, que tem permeado a cultura universitária. Ou seja, a universidade que deveria dar o exemplo, que deveria combater esse tipo de comportamento, tem o aval das diretorias, das reitorias. Não há nenhum trabalho sendo feito para mudar essa cultura. É o currículo oculto dessas universidades e isso vai passando de geração para geração.

Uma universidade, que tem o dever, a obrigação de combater qualquer tipo de preconceito, de racismo, de homofobia, de diferença de classe, não pode permitir que isso aconteça nas suas instalações. Ao contrário. Ela tem de combater com rigor, em todos os aspectos, mas, sobretudo, do ponto de vista educacional. Se eu fosse reitor de uma universidade, faria um trabalho chamando um ano antes os alunos do Diretório Acadêmico, do Diretório Central, da Atlético para fazer um trabalho para minar e impedir qualquer possibilidade de atividade de trote como essas apresentadas e denunciadas com muita precisão pelo deputado Adriano Diogo.

Todo nosso apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito do Trote, presidida pelo deputado Adriano Diogo que também é presidente da Comissão da Verdade e presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Gostaria de dizer que iniciamos aqui o ano letivo na Rede Estadual de Ensino e o ano começou muito mal primeiramente porque o governador Alckmin cortou as verbas das escolas. As escolas iniciaram o ano letivo sem papel higiênico, sem o material de limpeza, com superlotação de salas, com falta de professores, com fechamento de salas, fechamento de turnos e períodos. A rede começou muito mal com professores desempregados, com professores Categoria O sendo mais excluídos e marginalizados.

Começamos muito mal e com muitas denúncias de superlotação de salas porque o governador, para reduzir custos do Orçamento do Estado, cortou na educação. O governador Alckmin está fazendo economia com a educação. Ele fechou milhares de salas de aula em todo o estado e sobrecarregou as já superlotadas salas da Rede Estadual.

Recebemos aqui muitas denúncias de salas superlotadas. Estou recebendo muitas listas que os professores estão encaminhando aqui para a Assembleia Legislativa. Estou com uma lista aqui com 50 alunos numa sala da Escola Estadual Guerra Junqueiro, de Guaianases. Cinquenta alunos numa sala de aula do ensino médio! É mais do que superlotação de salas. É um crime, um absurdo! Cinquenta alunos matriculados nessa Escola Guerra Junqueiro na região de Guaianases. Tem mais. Na mesma escola, 55 alunos na outra sala! Estas são as listas que os professores me encaminharam. Ainda outra sala aqui com mais 55 alunos! Tem outra aqui com 45 alunos da Escola Estadual Prof. Salim Farah Maluf. Aqui, na sala de aula do ensino fundamental, 45 alunos! Temos aqui uma sala com 48 alunos da 8ª série do ensino fundamental, também na Escola Salim Sarah Maluf. É um atentado contra a educação, atentado pedagógico que o governo estadual está fazendo.

Não estamos aqui só denunciando. O nosso mandato denuncia, cobra, fiscaliza. É a função de deputado denunciar, fiscalizar o Executivo. É uma prerrogativa do deputado, está na Constituição.

Apresentamos propostas. O nosso mandato já apresentou projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa, o PL 517/07. Em 2007, apresentei um projeto acabando com a superlotação de salas, colocando o limite de alunos por sala. Podemos ter esse número, só que é contra a educação, contra os alunos e contra os professores. Temos que ter um número máximo de alunos. Isso tem que ser regrado por uma lei estadual.

O nosso Projeto de lei 517/07 já foi aprovado em todas as comissões e está pronto para ser votado aqui no plenário. Está pronto para ser votado aqui, mas o governo está obstruindo a votação.

Nós aprovamos outro projeto, recentemente, no fim do ano passado. Aprovei um projeto, com a ajuda da Assembleia Legislativa, colocando um limite de alunos em salas com estudantes com necessidades especiais de aprendizagem. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas o governador Alckmin vetou-o. Nós queremos agora derrubar esse veto. Eu peço ajuda aos deputados para que possamos derrubar o veto em uma votação, para que o nosso projeto de lei possa se transformar em uma lei estadual e colocar fim, pelo menos em uma parte, na superlotação de salas.

Vamos lutar para aprovar o nosso Projeto nº 517, que é mais geral e acaba com a superlotação em todos os níveis de ensino, tanto no ensino fundamental como no ensino médio. O nosso projeto coloca os seguintes limites: 25 alunos, no máximo, nas séries iniciais do ensino fundamental; 30 alunos nas séries finais do ensino fundamental; 35, no máximo, no ensino médio. Esses são os limites que nós apresentamos no projeto de lei do nosso mandato.

O governo impede. Quando conseguimos aprovar um projeto importante como o que aprovamos no fim do ano passado, o governador veta. O outro, o 517, é de 2007. Desde 2007 eu estou tentando aprovar esse projeto, mas há obstrução do governo. A bancada governista não deixa o projeto ser aprovado, porque o governo não quer investir mais recursos na Educação; ao contrário, ele está reduzindo recursos. Por isso, nós iniciamos o ano letivo com superlotação de salas, fechamento de salas, desemprego em massa de professores da rede estadual e falta de material de limpeza nas escolas. Até papel higiênico os alunos e os professores estão levando de suas casas, porque o governador cortou tudo, cortou as verbas da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, eu gostaria de indicar o nobre deputado Adriano Diogo para falar pelo Art. 82 pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - É regimental, nobre deputado Carlos Giannazi. Tem a palavra o nobre deputado Adriano Diogo para falar pelo Art. 82 pela Minoria.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT – PELO ART. 82 - Obrigado, deputado Giannazi. Obrigado, deputado Ulisses.

Pessoal, vou passar uma matéria que foi feita na Assembleia Legislativa, na CPI, sobre a situação da Unicamp. É uma matéria da EPTV Campinas, produzida totalmente com imagens da TV Aesp, sobre a Unicamp, Campinas.

- É feita a exibição de vídeo.

Para encerrar, peço que seja exibido o vídeo do Dr. Drauzio Varella, no qual ele se manifesta sobre esse assunto.

- É feita a exibição do vídeo.

Agradeço ao deputado Ulisses Sales, na Presidência, e à TV Alesp por todo o apoio dado.

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária da próxima quinta-feira, dia 19 de fevereiro, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da 009ª Sessão Ordinária do Período Adicional.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 54 minutos.

19 DE FEVEREIRO DE 2015 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidentes: CARLOS GIANNAZI / LUIZ CARLOS GONDIM / CONSTÂNCIA FÉLIX
Secretária: CONSTÂNCIA FÉLIX

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Discorre sobre a dengue na cidade de Limeira. Informa que há grande contradição entre os números apresentados pelos médicos e os da prefeitura. Ressalta a necessidade da divulgação dos números reais da doença. Exibe fotos da cidade de Limeira com o acúmulo de água e lixo nas ruas. Comenta o alto número de roubo de carros e os altos valores dos seguros. Menciona projeto de lei para que os carros já saiam da fábrica com equipamentos de segurança que dificultem a vida dos bandidos. Manifesta sua preocupação com o alto preço do diesel.

3 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Ressalta que o governador Geraldo Alckmin não respeita a data-base e o piso salarial dos funcionários públicos. Informa que o governador ingressou com uma Adin no STF pedindo a revogação do artigo 8 da Lei nº 1199, de 2013, aprovada nesta Casa. Afirma que o objetivo desta Adin é impedir que o tempo de licença maternidade conte para o estágio probatório das servidoras. Esclarece que deve recorrer à OEA - Organização dos Estados Americanos, denunciando o fato.

5 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Assume a Presidência.

6 - LUIZ CARLOS GONDIM

Informa que foi sancionado hoje, pelo governador Geraldo Alckmin, o projeto do passe livre para os estudantes. Ressalta que a matéria representa uma grande conquista para os estudantes. Parabeniza o governador, pelo envio do projeto para esta Casa, votado em tempo recorde pelos deputados. Lista os estudantes beneficiados pela matéria. Explica que muitos alunos moram em cidades pequenas e estudam em outros municípios, sendo o custo de transporte bancado pelas prefeituras. Menciona estudos, desenvolvidos neste Legislativo, de como repassar os custos, bancados pelo governo.

7 - CARLOS GIANNAZI

Associa-se à fala do deputado Luiz Carlos Gondim. Afirma que foi apresentada emenda ao projeto do passe livre, para que o mesmo fosse estendido a todos os estudantes do Estado de São Paulo, mas a mesma não foi aprovada. Manifesta o seu apoio aos professores da rede estadual do Paraná. Informa que, apesar da mídia não noticiar, está ocorrendo mobilização no Paraná, que afirmou importante, contra o ajuste fiscal do governador Beto Richa. Afirma que a autoridade confiscou dinheiro da Previdência dos servidores para que fosse feito o ajuste fiscal. Destaca que a presidente Dilma Rousseff, também, quer impor ajuste fiscal para a população do Brasil, que deve se mobilizar.

8 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, informa que os agricultores foram impedidos de regar suas plantas no Alto Tietê. Discorre sobre o decreto que permite dar condição, através do Banco de Agronegócio, financiamento para a construção de poços artesanais e a modernização de equipamentos. Diz que os agricultores não têm outorga para captar água do rio. Afirma que a agricultura desta região é superficial e que eles precisam continuar produzindo para viver. Pede agilidade do Governo do Estado sobre a questão.

9 - LUIZ CARLOS GONDIM

Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

10 - PRESIDENTE CONSTÂNCIA FÉLIX

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária, de 20/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Constância Félix para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, quero tratar de um assunto sério. Volto a falar sobre a dengue na cidade de Limeira.

Os médicos falam em dez mil casos. A prefeitura apresenta 1.700 casos. Em quem devemos acreditar? Em quem a população deve acreditar? É erro de diagnóstico, é erro de informação? Ou não é erro? Será que o número está sendo mantido baixo devido a algum interesse? Qual seria o interesse da prefeitura em não passar o número real? Quem ganha com isso? A população é que não é.

A pessoa precisa ter certeza se tem ou teve dengue. Existem pacientes que precisam de tratamento diferenciado, de acordo com seu quadro: se é mais vulnerável ou não, se tem hipertensão ou não. É muita irresponsabilidade. Primeiramente, irresponsabilidade por não ter agido antes e impedido a proliferação, o aumento do mosquito. Em segundo lugar, por não publicar os números reais de casos de dengue.

No Hospital Humanitária são atendidos aproximadamente 100 casos por dia; no Hospital Unimed, mais ou menos 100 casos; na Medical, 100 casos; na Santa Casa, de 300 a 400 casos por dia. Além disso, há os que são atendidos nos pronto-atendimentos da própria prefeitura. Fala-se em 700 casos por dia.

Como podem ser somente 1.700 casos, Sr. Presidente? Ou a prefeitura não sabe fazer contas ou não quer fazer contas certas. Estou apresentando um estudo - talvez um projeto de lei - para obrigar os órgãos da vigilância sanitária a publicarem o diagnóstico com mais rapidez.

Ontem, inclusive, tirei algumas fotos dos ecopontos da cidade. O que são ecopontos? Os ecopontos foram criados para receber entulhos e materiais de construção, para que as pessoas não os joguem nas ruas. Esses ecopontos estão hoje abandonados. Há lixo, são verdadeiros criadouros da dengue. É uma situação terrível que estamos vivendo em Limeira. Fala-se em dez mil casos e temos mortes. Estamos indignados com tudo o que está acontecendo e é com muita tristeza que falo sobre isso desta tribuna.

Gostaria de falar também sobre o roubo de carros. Todo mundo tem medo de ter um carro roubado ou furtado. E então o valor do seguro vai lá em cima. Quem rouba o carro, passa-o para frente para ser esquentado ou desmanchado. Isso precisa ser combatido pelo governo. Com toda tecnologia disponível, já é hora de o carro sair da fábrica com tudo o que for possível para dificultar a vida do bandido. Estou apresentando projeto de lei e indicação que aumentam a fiscalização sobre o comércio de peças usadas e reduzem impostos sobre equipamentos que aumentam a segurança do carro, como rastreadores e localizadores. A população já está cansada deste assunto. A pessoa compra um carro e, antes que ela termine de pagar, ele já foi roubado.

Outro tema que quero abordar hoje é o preço do diesel. Srs. Deputados, quando vi na bomba de gasolina o preço do diesel... Quase tudo o que consumimos vem por meio de caminhões. Lá atrás, não houve interesse no transporte ferroviário no Brasil. Logo, o transporte é feito por caminhões e o custo é jogado em cima da comida, da roupa, do remédio, enfim, de tudo que é levado por um caminhão. Além disso, há fretes que são feitos por empresas terceirizadas ou por motoristas autônomos que pagam a conta.

O preço do pneu subiu e subiu demais. O seguro é um absurdo. A manutenção nem sempre se consegue fazer de tão cara que é, sem falar da compra parcelada do caminhão. Os pedágios são caros demais e agora o litro do diesel custa 2,60, 2,70, 2,90. Tem lugar que passa de três reais.